

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O ESTADO BRASILEIRO RECONFIGURADO:
mudanças operadas pelo grande capital no Brasil de 1964 a 1974.**

Anderson Barreto Moreira

Porto Alegre

2012

Anderson Barreto Moreira

**O ESTADO BRASILEIRO RECONFIGURADO:
mudanças operadas pelo grande capital no Brasil de 1964 a 1974.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em História pelo Departamento de
História da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul**

Orientador: Profº. Luis Dario Teixeira Ribeiro

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTO

O caminho percorrido até aqui não foi feito em solidão. São muitos os que cruzam nossa história e trazem grandes ensinamentos construídos ao longo de suas vidas. Por isso, os agradecimentos que seguem são uma singela homenagem a todos e todas que possibilitaram as condições para a realização deste trabalho. O que há de positivo aqui compartilho com eles, os erros ficam por minha conta.

Em primeiro lugar agradeço a minha família: pai, mãe e irmão de origem simples, que não tiveram a oportunidade de acessar o ensino superior, pois a desigualdade reinante nesse país exigiu desde cedo seus corpos para o trabalho. Mesmo assim, mantiveram firme sua convicção de que era necessário me educar, mesmo que a custo de grandes esforços. A vitória é deles, não minha.

Agradeço aos professores e professoras do Departamento de História, com os quais tive a oportunidade de estudar, pela dedicação e pela contribuição na formação que recebi.

Um especial agradecimento ao meu orientador e amigo Luis Dario Teixeira Ribeiro pela paciência e por acreditar numa proposta de trabalho não muito usual nos dias de hoje. As longas conversas ajudaram a elucidar as dúvidas que foram surgindo e abandonar as bobagens que se apresentavam. A sua clareza e capacidade de interpretar o mundo o transforma num grande professor. Agradeço o privilégio da orientação.

A vida não se restringe só a academia, por isso agradeço aos companheiros e companheiras do Levante Popular da Juventude que vem me ensinando que não basta só interpretar o Brasil, é preciso mudá-lo.

Por fim, dedico este trabalho ao povo brasileiro, que há séculos combate com valentia a exploração e busca construir um país livre, soberano e solidário.

[...]

*Eu pude vê neste crima,
Que tem o Brasi de Baxo
E tem o Brasi de Cima.
Brasi de Baxo, coitado!
É um pobre abandonado;
O de Cima tem cartaz,
Um do ôtro é bem diferente:
Brasi de Cima é pra frente,
Brasil de Baxo é pra trás.*

*Aqui no Brasil de Cima,
Não há dô nem indigença,
Reina o mais soavecrima
De riqueza e de opulença;
Só se fala de progresso,
Riqueza e novo processo
De grandeza e produção.
Porém, no Brasi de Baxo
Sofre a feme e sofre o macho
A mais dura privação.*

[...]

*Brasi de Baxo subindo,
Vai havê transformação
Para os que veve sentindo
Abandono e sujeição*

[...]

*Brasi de paz e prazê,
De riqueza todo cheio,
Mas, que o dono do podê
Respeite o dereitoaleio.
Um grande e rico país
Munto ditoso e feliz,
Um Brasi dos brasilêro,
Um Brasi de cada quá,
Um Brasinacioná
Sem monopólio istrangêro.*

Brasi de cima e Brasi de Baxo (Patativa do Assaré. Antologia Poética)

RESUMO

MOREIRA, Anderson Barreto. O ESTADO BRASILEIRO RECONFIGURADO: MUDANÇAS OPERADAS PELO GRANDE CAPITAL NO BRASIL DE 1964 a 1974. 2012. XX p.

O presente trabalho tem como objetivo compreender as mudanças realizadas no Estado brasileiro pelos setores golpistas que assumiram o poder em abril de 1964. A análise da reconfiguração do aparelho de Estado pretende mostrar como isso permitiu um novo ciclo de acumulação capitalista no Brasil e aprofundou a dependência do país em relação aos países centrais do sistema. Algumas das novas estruturas econômico-financeiras criadas na época ainda permanecem centrais para a definição dos rumos de desenvolvimento da nação. A repressão às organizações que se opunham ao regime também é analisada como central para a execução do projeto ditatorial. Buscou-se também analisar como essas mudanças levaram a crise dos anos 80 e a saída dela através da vitória do projeto neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Ditadura; Capitalismo; “Milagre econômico”; Crise; Neoliberalismo.

LISTA DE ABREVIATURAS

BB: Banco do Brasil

BC: Banco Central

BNH: Banco Nacional da Habitação

CMN: Conselho Monetário Nacional

SERFHAU: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1	12
Mudança de rumo	12
1. O golpe e suas justificativas	12
1.1 A construção do novo ideário de desenvolvimento.....	17
1.2 A montagem da engrenagem	19
Capítulo 2	27
A crise do “milagre” e a alternativa neoliberal.....	27
2.1 O “bolo” cresceu, mas não foi dividido.	27
2.2 A nova ordem mundial.....	32
Considerações finais	42
BIBLIOGRAFIA	46

1 INTRODUÇÃO

As mudanças drásticas que o mundo, desde 2008, vem conhecendo demonstram o aprofundamento da crise mundial do capital. Passo a passo, essa crise vem atingindo países em todos os quadrantes do globo. Seus impactos destrutivos já são superiores a crise de 1929, já que a mundialização do capital¹ atingiu praticamente todos os cantos do planeta após a derrota do chamado campo socialista em 1989. As consequências sociais, econômicas e políticas são temas de amplo debate, porém as saídas para esta crise ainda não estão totalmente definidas, porém, algumas já começam a ganhar forma. Na Europa a ascensão de governos conservadores, e mesmo os social-democratas, que assumem o poder e implantam políticas de “ajustes”, têm levado milhões de europeus às ruas das antes civilizadas metrópoles do mundo capitalista. Poderíamos nos deter somente sobre vários desdobramentos desta crise e das perspectivas que se abrem, mas não é esse o objeto do trabalho. Porém, a atual conjuntura coloca em evidência alguns temas que haviam sido considerados ultrapassados e dados como mortos ou desaparecidos das análises históricas mais “atuais”.

O primeiro tema poderia ser a dessacralização dos mercados, visto que por quase trinta anos houve o culto a esta “divindade” que, em sua voracidade, fez com que bilhões de homens e mulheres pelo mundo conhecessem a mais profunda miséria humana. Basta ver os dados atuais da ONU² para que nossa curiosidade seja satisfeita. O segundo poderia ser o golpe final no que ainda resistia do chamado “Estado de Bem-Estar Social” apresentado por décadas como a “via” de desenvolvimento entre o “capitalismo selvagem” e o “socialismo real”. As manifestações nas ruas da Europa a cada dia exigem cada vez mais malabarismos por parte das grandes monopólios da mídia para esconder o que de fato está acontecendo com os países que, até pouco tempo, eram o símbolo do caminho que as “nações em desenvolvimento” ou do “terceiro mundo” deveriam trilhar para chegar ao reino da cultura, civilização e prosperidade.

As transformações no mundo do trabalho também nos permitiriam longos e frutíferos debates: qual a relação atual entre capital e trabalho? Como está configurado o mundo do

¹ As obras referentes ao tema são muitas, mas aqui recomendamos o livro *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências* organizado por François Chesnais.

² “Cerca de 870 milhões de pessoas, ou uma em cada oito, sofriam de subnutrição crônica no período 2010-2012, de acordo com o novo relatório da ONU sobre a fome divulgado hoje.” Acessado em 27 de outubro de 2012. <http://www.onu.org.br/uma-a-cada-oito-pessoas-no-mundo-ainda-passa-fome-alerta-estudo-da-onu/>

trabalho atual? Quais as causas e consequências da reconfiguração da classe trabalhadora? Quem são os senhores do mundo atual? Como se organizam? São perguntas que necessitam de análises para que se compreenda o século XXI.

Não poderíamos deixar de incluir em nossa lista o atual a apologia, ou se quisermos o delírio humano em relação aos avanços tecnológicos cada vez mais controlados e concentrados em um número restrito de “gigantes do setor”, ou, oligopólios, que tornam cada dia mais nossa sociedade “desconectada” – para usarmos uma linguagem moderna – da vida material e conectada com um mundo virtualmente controlado.

O pequeno resgate dos fatos de nossos dias traz uma relação intrínseca com o trabalho aqui desenvolvido. Existe um tema fundamental que a tentativa de compreender a crise que se aprofunda nestas primeiras décadas do século XXI resgatou com mais força e profundidade: o debate e a análise sobre papel do Estado. É crescente a retomada dos espaços que discutem as interpretações que hibernavam no longo inverno neoliberal.

O caminho que buscado neste trabalho tem como ponto de partida o presente e suas dimensões acima citadas. É a perspectiva da mudança do papel atual do Estado brasileiro na construção dos parâmetros da economia política e na execução de seu projeto que faz com que mais uma vez o passado seja retirado de seu sossego e colocado no centro do debate. Por isso retornamos ao século XX. A ditadura civil-militar e sua política econômica “... *nasceu sob o signo da austeridade administrativa e da modernização institucional.*”³ (Tavares, 1985, p. 16) e de 1964-1985 trouxe inúmeras mudanças nos elementos constitutivos da atual estrutura econômica nacional e da reconfiguração da sociedade brasileira, que possibilitaram a implementação do neoliberalismo que atingiu seu auge no Brasil no final da década de 1980 e durante toda década de 1990.

A questão do Estado é incompreensível – tendo como método de análise o materialismo histórico dialético – senão levarmos em conta dois elementos fundamentais: 1) a classe para o qual este Estado esta a serviço e; 2) as modificações – consequências e impactos nas demais classes sociais que trazem consigo – que são operadas na estrutura estatal para que o projeto político-econômico seja levado adiante. No Brasil que começou a ser moldado a partir do golpe de 1964 é preciso perceber o aprofundamento do “... *famoso tripé do capital estatal, do capital nacional privado e do capital internacional, que deu seus primeiros passos*

³Tavares, Maria da Conceição e Assis, José Carlos de. *O Grande Salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

no período JK e se estruturou firmemente de Roberto Campos aos nossos dias”⁴ (Tavares, 1985, p. 15) que representa a visão do tipo de ordem econômica defendido pela burguesia no Brasil. É nesse tripé que se basearam todos os tipos de transformações operadas pelo regime ditatorial durante a sua existência e foram essas mudanças no âmbito das instituições econômico-financeiras do Estado e seus reflexos na sociedade que analisamos nesse trabalho.

Aqui cabe uma breve reflexão. Durante muito tempo o estudo do Estado e sua estrutura; da classe ou fração de classe que exerciam o poder; dos antagonismos estabelecidos e suas consequências, dentre outras coisas, pela interpretação do materialismo histórico, seguiu um esquema mecânico e engessado, que impossibilitava análises mais próximas da realidade material, fonte de toda teoria. Isso trouxe duas consequências que ainda hoje os historiadores que pretendem interpretar a história por esse viés se defrontam.

A primeira delas é que o debate do Estado passou a ser tratado mais pela ciência política, sociologia e economia que, diga-se com todo o valor devido, trouxeram enormes contribuições para o estudo deste tema. Porém, ficamos órfãos de referências em nossa área e acabamos abandonando os caminhos para termos, através da perspectiva histórica, uma análise do Estado. A segunda, e também de muita importância, tem relação direta com a primeira: durante muitos anos – principalmente os de ascensão do neoliberalismo – o estudo crítico do papel do Estado foi praticamente abandonado pela academia⁵. Isto é compreensível se tivermos em consideração o poder que o “fim da história” ou, mais precisamente, a doutrina pós-moderna, exerceu como intérprete da realidade. Com o “fim da história” o papel do Estado era se retirar de cena o máximo possível: as funções essenciais da produção e reprodução da vida agora eram propriedade do capital. A mão invisível agora não precisava mais se esconder e nem a realidade ser interpretada.

No Brasil, o debate sobre o papel do Estado pode ser resgatado desde sua criação como colônia. O signo do escravismo colonial⁶ deixou marcas profundas na constituição do Estado e da sociedade brasileira, que tem no autoritarismo uma de suas principais

⁴Tavares, Maria da Conceição e Assis, José Carlos de. *O Grande Salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

⁵ Ver Jr., Armando Boito. *Estado e burguesia no capitalismo neoliberal*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 28 p. 57-73, junho 2007. Acessado em 10 de outubro de 2012. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf>

⁶ Ver Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 650 p.

características⁷. Mesmo com a transformação do Império em República das elites, a estrutura pouco se alterou. Foram necessárias lutas épicas por parte das classes exploradas para que certos direitos se consolidassem.

Ao longo do século XX, o conflito de classes esteve intimamente ligado com a disputa pelo poder do Estado. As contradições dentro das elites nunca ultrapassaram as linhas que demarcam o conflito com o imperialismo. De alguma forma, dependendo do grau do conflito, a ingerência do grande capital, através de suas grandes empresas monopolistas e de seu país líder, os Estados Unidos da América, coordenou e orientou os caminhos da construção do Estado pelas elites.

O título deste trabalho pode parecer um tanto ultrapassado para alguns ou então sem muito futuro, já que a discussão, apesar de não ser exaustiva – e creio que não existam assuntos esgotados na História – já assentou as bases de suas linhas centrais de debate e trouxe enorme contribuição para o entendimento do Estado brasileiro. Entretanto, quase sempre na história, a relevância dos temas reside exatamente em ser o ponto de partida necessário para a compreensão da realidade de nossos dias e não somente a sua compreensão em si mesmo.

A atualidade do debate sobre o papel do Estado se coloca como necessário para compreender as propostas de desenvolvimento que permearam os últimos 20 anos no Brasil, bem como a visualização do panorama de alternativas dentro do contexto de crise mundial que vem destruindo e reconstruindo, sob a ótica do capital, as determinações que balizam as ações do Estado. Os impactos das crises internacionais do sistema do capital sempre interagem com contradições internas dos países, realimentando problemas históricos que fazem parte da construção dos Estados. Não somos uma ilha, é necessário pensar nosso futuro enquanto nação e para isso necessitamos discutir o papel do Estado brasileiro no século XXI a partir da estrutura herdada no século passado.

⁷ Ver Chauí, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 7ª reimpressão: novembro de 2007. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Capítulo 1

Mudança de rumo

1. O golpe e suas justificativas

O golpe civil-militar de abril de 1964 deixou profundas marcas nos mais variados aspectos da vida nacional. As mais conhecidas e estudadas foram a brutal repressão aos movimentos populares, sindicatos, partidos e grupos que optaram pela luta armada que, de uma forma ou outra, aglutinaram forças ao longo de mais de duas décadas de combate a ditadura. O trauma causado na nação ainda se faz presente nos dias de hoje: a instalação da Comissão Nacional da Verdade pela presidente Dilma se transformou numa verdadeira batalha e ganhou dimensões que fez com que entrassem em cena setores além daqueles historicamente envolvidos.

As pesquisas e publicações de centenas de livros e artigos sobre este período da história brasileira nos apresentam um retrato da época e tratam de modo variado os aspectos que marcaram o período. Grande parte das obras historiográficas buscou desvelar os crimes de tortura e violação dos direitos humanos naquilo que os setores golpistas chamaram de “guerra à subversão”, que nada mais era do que a brutal repressão às forças progressistas e de esquerda envolvidas de algum modo nessa luta. A documentação até agora trazida a público já não deixa dúvidas quanto às barbáries cometidas. Infelizmente, muitos arquivos permanecem proibidos e muitos outros já foram destruídos. A punição aos criminosos, que seguem protegidos pela Lei de Anistia promulgada em 1979 e que refletiu os limites da correlação de forças existente na sociedade de fins da década de 1970, ainda não é realidade em nosso país.

A História exige sempre disciplina e persistência de todas as gerações que se dispõem a estudá-la, pois só assim é possível retirar o passado de seu descanso e de lá jogar luz sobre as questões do presente. Este trabalho pretendeu se aproximar de algumas interpretações já consolidadas sobre as mudanças estruturais feitas pelos governos militares que levaram ao aprofundamento da dependência do Brasil em relação às economias centrais capitalistas. Como já foi dito anteriormente, a análise historiográfica sobre as questões estruturais referentes ao golpe ainda não atingiram o mesmo patamar e status das obras referentes à resistência e a tortura. Segundo Marcos Napolitano em seu artigo *O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: Apontamentos para uma revisão historiográfica*

“Convivendo com a memória hegemônica sobre o golpe e o regime militar, há também uma perspectiva histórica bem estabelecida, construída pela literatura acadêmica. Esta perspectiva histórica, entretanto, é mais fruto das reflexões feitas por sociólogos e cientistas políticos, do que dos trabalhos propriamente historiográficos, feitos por historiadores de ofício. Entre os temas ligados ao estudo do regime militar, apenas o tema da resistência, sobretudo a guerrilha de esquerda (e seus desdobramentos) e da censura constitui um campo bem pesquisado e mapeado pelos historiadores.⁶ A sociologia tinha seu foco em questões estruturais, buscando explicações sistêmicas para o golpe e para a natureza do regime. Em linhas gerais, para os trabalhos mais paradigmáticos da sociologia o golpe era o epílogo em uma forma de gestão política das pressões distributivas que dificultavam a acumulação de capital em situações de dependência e subdesenvolvimento^{7”8} (Napolitano, 2011, p. 210-211).

As referências pelas quais optei têm como preocupação a análise da construção dos instrumentos que possibilitaram um novo período de acumulação de capital no Brasil buscando sempre explicações sistêmicas que permitam a aproximação da totalidade dos eventos. Há dois livros fundamentais de Octavio Ianni, que são parte de sua vasta obra sobre a interpretação do Estado brasileiro, do desenvolvimento das classes sociais e das contradições de classe no Brasil. O primeiro é *A Ditadura do Grande Capital*⁹, e o segundo *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*¹⁰. É através das concepções interpretativas contidas nessas obras que orientei minha análise sobre os decretos, planos de metas e programas de desenvolvimento que a ditadura lançava mão para construir seu arsenal da política econômica.

A partir disto busquei fundamentar minha hipótese de que sem a intervenção de setores da classe burguesa, aliados com as Forças Armadas, para modificar a estrutura econômico-financeira do Estado em benefício do grande capital, a crise que se abateu sobre o Brasil no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 não teria como consequência a instalação do neoliberalismo do modo como ocorreu.

Os entraves atuais para o desenvolvimento econômico nacional passam pelas estruturas construídas nesse período e que ficaram como legado pós-ditadura. O Banco Central, criado em 1964, é hoje um dos principais atores nas decisões sobre os rumos da economia brasileira, junto com o Ministério da Fazenda. A orientação mudou a cada governo, isso é lógico, porém,

⁸Napolitano, Marcos. *O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica*. Historia y problemas Del siglo XX. Volumen ,Año 2, 2011, ISSN: 1688-7638. Acessado em 10 de outubro de 2012. <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>

⁹Ianni, Octavio. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

¹⁰Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

veremos que desde sua criação o BC tem em sua estrutura a marca do conservadorismo e da orientação neoliberal. Romper com tal lógica não pode supor apenas vontade de governo, pois a elaboração e implantação dessa ferramenta e de outras durante o regime civil-militar obedeceu aos ditames do grande capital. Logo, o enfrentamento para soltar-se destes entraves necessariamente se choca com os interesses internacionais dos países centrais do capitalismo, ou se preferirmos, do imperialismo e dos grupos econômicos “nacionais” a ele associados.

A crise que se abriu desde o início dos anos 60 demonstrava o fim de um período da história brasileira e a possibilidade de se alcançar um novo patamar para a “civilização dos trópicos” como diria Darcy Ribeiro, através das chamadas “Reformas de base”¹¹ que agitaram o período. As várias forças sociais em movimento não atuaram de maneira mecânica e nem respeitaram teorias pré-determinadas em gabinetes e, desta forma, transformaram a realidade num vasto campo de experiências sociais e organizativas. Caio Navarro Toledo nos indica o que se movia nesse campo e o que representou aquele início dos anos 60:

“Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes”¹² (Toledo, 2004, p.13).

É nesta atmosfera que se desenrolou um dos episódios mais dramáticos e traumáticos do Brasil no século XX. Não há surpresas quando se observa a conjuntura internacional da época e a movimentação que as forças sociais, populares ou burguesas, colocaram em marcha naquele período. A vitória da revolução cubana, a guerra do Vietnã, o ascenso das lutas de massas nos EUA e na Europa são alguns exemplos do que se passava nos anos de 1960. Porém, a análise histórica feita pelo historiador deve carregar sempre uma grande dose de humildade em reconhecer que, aqueles que viveram nesse período que aqui foi objeto de estudo, não tinham o benefício do tempo, pelo contrário, para muitos que enfrentavam a repressão viver um dia a mais já trazia esperanças de um futuro melhor.

¹¹ As “reformas” eram um conjunto de medidas que buscavam uma maior democratização e estabelecimento de novos patamares para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Porém, a simples menção de uma reforma agrária tímida foi suficiente para despertar a fúria das oligarquias brasileiras.

¹²Toledo, Caio Navarro. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004. Acessado em 10 de outubro de 2012. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>

Não há dúvidas, de modo geral, sobre o significado dos vinte e um anos de ditadura e suas consequências para a construção da nação brasileira. A perspectiva de futuro foi interrompida e, ao contrário do que afirmam as correntes conservadoras, a “revolução de 64”

“(…) significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc”¹³(Toledo, 2004, p.15).

O que deve ser levado em conta da afirmação acima é o caráter autoritário que o regime adotou desde o primeiro dia. Isso é fruto de uma luta histórica que se desenvolvia com vigor desde os anos 1930, quando Getúlio Vargas e seu bloco histórico reordenam a economia e as classes sociais no Brasil¹⁴. Ao longo destas décadas os conflitos internos e externos foram moldando o perfil do que hoje se convencionou chamar de “período desenvolvimentista”. As contradições entre o Brasil que existia e aquele que se desejava foi abrindo fendas na estrutura política da época. Já se consolidava e aprofundava a vida urbana; o caminho do campo para a cidade era considerado sinônimo de esperança de um futuro melhor; o próprio desenvolvimento capitalista adotado exigia mudanças no padrão educacional e cultural do povo brasileiro. O período entre 1961-1964 sem dúvida marca o auge dessas contradições do caminho para o desenvolvimento adotado ao longo de mais de três décadas, com alguns intervalos em que a caminhada se fez mais lenta, mas sem desvio. O clima naquele início de anos 60 era de incertezas por parte dos setores progressistas e de insegurança por parte das elites. Após o fim da breve experiência parlamentarista imposta como saída para a crise após a renúncia do presidente Jânio Quadros, pairavam as dúvidas:

“Assumindo o governo no regime presidencialista, a grande indagação que se fazia era: conseguiria Goulart superar a crise econômico-financeira, atenuar as graves tensões sociais e afastar as crises políticas que havia dois anos desgastavam o Executivo federal? As propostas que as diversas classes sociais e setores políticos ofereciam para resolver os problemas da inflação, do endividamento externo, do *déficit* no balanço de pagamentos e da recessão econômica não deixavam de ter orientações conflitantes e antagônicas” (Toledo, 2004, p. 15).

O desfecho trágico desta indagação foi conhecido na noite de 31 de março quando teve início o movimento golpista que se consolidaria no dia 1º de abril de 1964. Milhares de

¹⁴ Mello, João Manuel Cardoso de; Novais, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009. 112 p.

presos, fechamento do Congresso, tropas e tanques nas ruas, incapacidade de resistência por parte do governo e das forças progressistas. Porém, a clareza do significado daquele golpe não se fez presente de imediato, com exceção de alguns setores de esquerda. Muitos intelectuais, políticos, artistas, jornais e inclusive setores progressistas enxergaram o golpe como algo necessário para estancar a “desordem” causada pela política “errante” de João Goulart.

A ditadura não demorou em tomar as primeiras medidas para assegurar o poder, entre elas o Ato Institucional nº1 e o “ato ideológico nº 1”, em que declarava que o golpe era uma “revolução” para garantir a democracia ameaçada pelos subversivos comunistas. As evidências do caminho que o regime adotaria e do que poderia se esperar dos novos donos do poder foram ficando mais nítidas com estas medidas.

Primeiro, o golpe só foi possível devido à reorganização de parte da classe dominante que se sentia afastada do poder no governo Jango. Porém, essa reorganização não se fez sem atritos e suscitou ao longo das mais de duas décadas de governo ditatorial algumas divergências entre os grupos dirigentes do poder – talvez a discussão entre os chamados “linha-dura” contra o grupo dos “moderados” seja o debate mais conhecido sobre o tema –, mas que de modo algum podem ser interpretadas como discordâncias quanto à estratégia de poder, pelo menos até o início dos anos 80. Sendo assim, é interessante definir aquilo que seria o elemento de unidade entre as frações burguesas e militares que tinham se apossado do poder. Considerei a definição dos eixos que davam coesão para os grupos militares, feitas por Napolitano, também para os grupos civis-empresariais que deram sustentação ao golpe:

“O que unificava os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição a política de massas, ou seja, a incorporação das massas no jogo político e eleitoral. Estes dois princípios conviviam com a obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de “segurança e desenvolvimento”. De resto o regime não tinha uma ideologia ou uma política de governo constante e coesa. A Doutrina de Segurança Nacional até fornecia alguns princípios de condução política e organização do Estado, mas não chegava a ser uma ideologia de mobilização das mentes e apelo aos corações. Estava muito mais para um conjunto de diretrizes para ler a Guerra Fria e que se notabilizava pela sua ênfase na despolitização da sociedade e na tutela sobre o Estado por parte das Forças Armadas em nome do controle da subversão interna e defesa do Ocidente” (Napolitano, 2011, p. 210).

As características que começavam a se desenhar apontavam exatamente para um modelo de desenvolvimento com estas características citadas, ou seja, em que o Estado cumpriria um importante papel controlador da vida social e econômica, mas que sob a fachada nacional e o anticomunismo, se visualizava a orientação pró-monopolista com forte dependência e do capital estrangeiro.

1.1 A construção do novo ideário de desenvolvimento

O debate sobre os caminhos do desenvolvimento nacional, a dependência do Brasil em relação às grandes potências capitalistas e a atuação do Estado no planejamento da economia não são novidades. Ianni em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)* fez uma análise profunda dos caminhos e tendências que foram desenvolvidas até a década de 70 e adota o seguinte pressuposto

“(...) de que o modo pelo qual o Estado e a Economia se relacionam exprime, necessariamente, as relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico. Isto é, o exame dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer a maneira pela qual se organizam, funcionam e transformam as relações de dominação (políticas) e apropriação (econômicas) na sociedade brasileira. Nesse sentido, pois, a análise dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer alguns aspectos importantes das relações entre o *Estado* e a *sociedade*” (Ianni, 1977, p. 4).

É sob este prisma que busquei compreender as mudanças operadas pelo regime militar, tendo como pressuposto a sua essência “militar-empresarial-financeira” definida por Ianni e, dessa forma, ampliar a interpretação dos reais motivos do caráter autoritário/fascista adotado pelos governos dos generais e empresários.

A primeira delas foi a adoção feita pela ditadura do planejamento como técnica e retórica de governo. Foi assim que o aparelho estatal pode ser fortalecido e orientado para dinamizar o novo ciclo de acumulação privada do capital. Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram e repetiram que o planejamento era uma “técnica neutra”. A “*mística do planejamento*”, segundo Ianni, foi uma característica fundamental da ideologia do novo regime e era a sustentação do discurso que entrelaçava os princípios de “segurança” e “desenvolvimento”. Sendo assim:

“Planejar passou a ser a palavra mágica, em nome da qual se exercia a ditadura, à revelia dos interesses dos assalariados em geral. Numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante “legitimar” a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, modernização, etc. da política econômica” (Ianni, 1981, p. 6).

Essa retórica visava camuflar a forte repressão aos debates que vinham sendo promovidos por vários grupos ao longo do governo Jango e que geravam uma rica e ampla discussão política, ideológica e cultural que se processavam em várias esferas da sociedade brasileira. A repressão foi o meio pelo qual o regime buscou silenciar os grupos que

defendiam publicamente suas propostas e buscavam mobilizar suas forças sociais na defesa de seus projetos.

Caio Navarro Toledo apresenta de “forma sumária e esquemática”, segundo ele, algumas destas propostas que, no fundo, tinham como objetivo definir os rumos do desenvolvimento brasileiro:

“1) *Liberalismo não-desenvolvimentista*, de orientação não-industrialista. “Neoliberais” reunidos em torno da UDN, da FGV, do Conselho Nacional de Economia, da Associação Comercial do Estado de São Paulo e outras entidades. Entre os mais conhecidos defensores destas posições estavam Eugênio Gudim e Octávio Bulhões;

2) *Liberalismo desenvolvimentista*, de orientação não-nacionalista. Perspectiva ideológica que se vincula à burocracia pública. Entidades representativas: BNDE, Comissão Mista Brasil—EUA. Entre seus economistas, destacam-se Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc.;

3) *Desenvolvimentismo privatista*: CNI, FIESP. “Herdeiros” de Roberto Simonsen: João Paulo de A.Magalhães, Hélio Jaguaribe e outros;

4) *Desenvolvimentistas nacionalistas*. Entidades como ISEB,¹⁰ CEPAL, setores do BNDE, PTB. Figuras representativas: Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos e Vieira Pinto;

5) *Socialistas/Comunistas*. PCB e PSB. Intelectuais representativos: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães e outros” (Toledo, 2004, págs. 18-19).

Ao analisarmos a orientação do planejamento econômico de 1964-1985 podemos perceber, de modo esquemático também, que as proposta dois e três foram predominantes e, de certa forma, se mesclaram ao longo dos anos. Maria da Conceição Tavares distingue “*quatro períodos básicos e dois interregnos de transição*” pelos quais passaram a orientação da política econômica nas mais de duas décadas do regime:

“o período das reformas institucionais, sob a regência da dupla Otávio Gouvêa de Bulhões, no Ministério da Fazenda, e Roberto Campos, no Planejamento; o interregno em que Hélio Beltrão exerceu o Ministério do Planejamento, até a usurpação cabal do poder político pela Junta Militar, em 1969; o primeiro mandarinato do ministro Delfim Neto, com o “milagre” econômico; o sonho da grande potência no período do general Ernesto Geisel, com João Paulo dos Reis Veloso no Planejamento e Mário Henrique Simonsen na Fazenda; o interregno de frustrada hegemonia “ortodoxa” de Simonsen na Fazenda no início do Governo Figueiredo e, enfim, o segundo mandarinato de Delfim, com o reconhecimento do caos econômico que preparou a transição política (e eventualmente do regime) em 85” (Tavares, 1985, p. 12-13)

Esta “tipologia” das orientações que se substituíram no comando da política econômica brasileira possibilitou uma visão mais ampla das tentativas de implantar um projeto de desenvolvimento conservador. Porém, mesmo que por em alguns momentos o Estado se apresentasse mais “nacional” diante de certas medidas adotadas, nunca foi colocada

em questão a relação de dependência ao capital estrangeiro e a monopolização da economia. Isto fica mais evidente quando olhamos mais de perto os decretos, planos, programas e metas que o governo lançava com o fim de desenvolver o Brasil.

É importante observar que nem sempre as decisões que orientavam a política econômica governamental efetivamente posta em prática apoiaram-se nesses instrumentos (programas, planos, metas etc.), mas, em todos os casos estes deixavam muito claros o caráter e o caminho que o Estado brasileiro pretendeu trilhar naquele período.

Para seguir e cumprir as metas de planejamento que visavam “... promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional...” (Ianni, 1981, pág.6) os que assumiram o poder logo trataram de aumentá-lo através de medidas como a abolição dos partidos, intervenção e fechamento de sindicatos e anulação da capacidade decisória do Congresso Nacional. Isso tudo sob o manto das “reformas institucionais”.

1.2 A montagem da engrenagem

“Segurança e desenvolvimento” se transformaram no principal pilar da ditadura civil-militar. Essa concepção, sustentada pelo discurso do “planejamento”, foi a justificativa para as ações mais repressivas do regime e também nortearam a sua “nova economia política”. Segundo seus principais intelectuais:

“Depois da revolução de 1964, duas medidas de reforma institucional foram tomadas: primeiro, a abolição dos partidos tradicionais, excessivamente personalistas e facciosos, e sua substituição por um sistema bipartidário, o que presumivelmente facilitaria a manutenção da disciplina partidária em apoio de planos e programas governamentais; segundo, a ab-rogação do poder do Congresso de aumentar o dispêndio orçamentário, que tornaria impraticável qualquer planejamento financeiro consistente” (Campos, in Simonsen, 1974, p.51-52).

Afastados os “problemas institucionais” que impediam um “*planejamento nacional integrado e abrangente*” e que levaram o Brasil a ruína durante o governo Jango, era hora de reconduzir o Brasil no rumo do desenvolvimento e fazer com que ele assumisse de fato sua vocação de “potência”.

O *Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)* foi a primeira iniciativa do novo regime de reorientar a economia brasileira sob os moldes da nova ideologia e “destinou-se principalmente a promover a estabilização financeira e criar também outras condições econômicas propícias ao desenvolvimento das “forças do mercado” e à “predominância da livre empresa no sistema econômico.”” Tratava-se de acelerar “*o ritmo de desenvolvimento do País, interrompido no biênio 1962/1963*” (Ianni, 1981, p. 7).

Para que os objetivos apresentados surtisserem os efeitos desejados o primeiro governo militar, que tinha a frente o general Castelo Branco, dedicou especial atenção em dois itens. O primeiro foi a política salarial. O Conselho Nacional de Política Salarial – criado pelo Decreto nº 52.275, de 17 de julho de 1963 – passou a controlar rigorosamente os acordos salariais privados e os reajustamentos salariais no serviço público. Desta forma, a política salarial passou a ser orientada sob a perspectiva do “combate a inflação”, em conformidade com as “forças de mercado” e a “predominância da livre empresa”. Paralelo a essa política, e para que ela obtivesse sucesso, foi necessário o aprofundamento da repressão aos meios operários e camponeses em todo o Brasil, bem como vimos anteriormente, o controle da vida política e a retirada das mãos do Congresso do poder de decisão sobre o orçamento do país.

O segundo foi o favorecimento do imperialismo. A “Política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico” (Ianni, 1981, p. 8) foi a principal orientação dada pelo regime na condução da economia que entrava de vez na órbita do sistema capitalista no plano internacional.

As ações descritas foram o início da consolidação daquilo que foi se definindo ao longo dos governos militares como “o núcleo principal do planejamento econômico estatal: os Estado foi posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura” (Ianni, 1981, p.8).

Foram vários os órgãos criados via decreto que serviram de instrumento operacional para as propostas da nova orientação que o planejamento econômico trazia. Cito aqui aqueles que considere os principais, pois tinham como objetivo atuar diretamente na estrutura financeira e produtiva da economia brasileira bem como da regulação da sociedade: *Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste (GERAN)*, pelo Decreto n.º 59.033-A, de 8 de agosto de 1966; *Estatuto da Terra (1964)*; *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem)*, conforme Lei n.º 4.513, de 1º de dezembro de 1964; *Banco Nacional de Habitação (BNH)* e o *Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau)*, pela Lei n.º 4.380, de 21 de Agosto de 1964.

A criação do BNH é um bom exemplo do tipo de desenvolvimento pensado pela ditadura. O déficit habitacional foi – e ainda é – um dos problemas estruturais da economia brasileira e motivo de grande mobilização popular. A partir disso, o governo considerou de suma importância formular e por em prática uma política habitacional:

“O Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de população de menor renda (Art. 1.º)” (Ianni, 1981, p.18).

Foi o perfeito casamento entre o Estado e a iniciativa privada através da construção de habitações “populares”. O aporte de recursos necessários para a execução do plano habitacional pela iniciativa privada mais uma vez veio da apropriação privada da riqueza socialmente produzida através da criação do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*, pela Lei n.º5.107 de 13 de setembro de 1966, que resolvia dois problemas importantes da economia política da ditadura. Primeiro, possibilitava enormes recursos para o BNH e, segundo, acabava com a estabilidade do assalariado no emprego, segundo as normas trabalhistas vigentes até 1964. Com isso, era possível “liberar” a força de trabalho em benefício do grande capital. Para Tavares

“o pilar da recuperação do setor privado repousou nesse gasto público de nova índole, e sobre tudo na reforma financeira. Nesta se destacou a reestruturação do Sistema Financeiro de Habitação, que teve importante papel na reativação do nível de atividade urbana de construção residencial, bem como a atuação das sociedades financeiras e dos bancos de investimento privados, como instrumentos e estímulo da expansão do financiamento ao consumo e do capital de giro dos setores industriais de bens duráveis” (Tavares, 1985, p. 15-16).

A interpretação do que de fato restringia o crescimento do Brasil levou a um ousado plano de reordenação do sistema econômico-financeiro do país. Esta mudança foi de tal magnitude que selou, até os dias de hoje, os espaços por onde necessariamente passam as tomadas de decisões estratégicas da política econômica nacional. Os arquitetos da economia a ditadura fizeram a interpretação em relação às estruturas que necessitavam de mudanças e chegaram a seguinte conclusão, segundo Tavares:

“De longe, o lado mais claramente atrasado, em comparação com as economias capitalistas maduras, parecia ser o setor bancário e de intermediação financeira geral. Justamente o que trata da moeda, do significante geral do valor e da riqueza, da própria essência do sistema capitalista. [...] Já em 1964, o governo patrocinou a Lei Bancária, que pretendeu definir e redistribuir funções entre instituições públicas e privadas para o suprimento e controle da moeda e do crédito na economia. Criou-se o Conselho Monetário Nacional, como órgão normativo máximo, e o Banco Central do Brasil, como seu principal braço operacional” (Tavares, 1985, p.16).

Desta forma nasceram, no plano econômico-financeiro, instrumentos que ainda hoje fazem parte da estrutura do Sistema Financeiro Nacional. O *Conselho Monetário Nacional (CMN)*, que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 tem, em suas atribuições atuais uma série de funções que demonstram a centralização do poder decisório. O CMN atua

como o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estavam: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

Junto com o Conselho foi criado o *Banco Central do Brasil*, também através da promulgação da Lei nº 4.595 de 31 de Dezembro de 1964, como uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional. Após a criação do Banco Central buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de "banco dos bancos". Antes de sua criação, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC, pelo Banco do Brasil - BB e pelo Tesouro Nacional.

A *SUMOC*, criada em 1945 tinha como finalidade exercer o controle monetário e preparar a organização de um banco central e também, dentre outras, a responsabilidade de fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, bem como os juros sobre depósitos bancários. Além disso, supervisionava a atuação dos bancos comerciais, orientava a política cambial e representava o país junto a organismos internacionais. *O Banco do Brasil* desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de acordo com as normas estabelecidas pela *SUMOC* e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial. *O Tesouro Nacional* era o órgão emissor de papel-moeda. Essa era a estrutura pré-64.

O fim da ditadura e a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 possibilitaram o estabelecimento de dispositivos importantes para a atuação do Banco Central, mas este se manteve como um espaço sem qualquer possibilidade de interferência popular. No que diz respeito aos dispositivos se destacam o exercício exclusivo da competência da União para emitir moeda e a exigência de aprovação prévia pelo Senado Federal, em votação secreta, após arguição pública, dos nomes indicados pelo Presidente da República para os cargos de presidente e diretores da instituição.

Esses dois novos e poderosos instrumentos decretados pelo governo tinham como meta colocar ordem no “sistema caótico” herdado da época “populista”. Essa seria a coluna vertebral que sustentaria grande parte das políticas econômicas adotadas nos anos seguintes do regime. Com a criação do CMN e do BC, a retirada do poder de decisão do congresso sobre o orçamento e a repressão aos partidos e organizações que promoviam o debate na sociedade, o governo militar concentrou em suas mãos os destinos da economia política brasileira. A essa reestruturação da instituição podemos acrescentar a introdução da “(...) inovação que se revelaria de mais profundas consequências para o futuro funcionamento da economia: a correção monetária (ou indexação) (...)” (Tavares, 1985, p. 16)

O processo de reordenamento financeiro governamental se estendeu até 1988, quando as funções de autoridade monetária foram transferidas progressivamente do Banco do Brasil para o Banco Central, enquanto as atividades atípicas exercidas por esse último, como as relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal, foram transferidas para o Tesouro Nacional. Com todos estes elementos foi possível ao regime executar seus planos e podemos ter a certeza de que “A ideologia privatizante e efficientista correspondeu, na prática, à centralização autoritária da gestão pública, que se deslocaria cada vez mais das necessidades básicas da população” (Tavares, 1985, p.12).

O governo Castelo Branco preparou as bases da nova economia política que passou a orientar o planejamento econômico nacional. As reformas de “saneamento” junto ao uso do dispositivo militar para reprimir seus oponentes foram suas marcas. Essa era a face das medidas do regime que ganhava forma no pós-64 e que, pouco a pouco, ia desmentindo aqueles que acreditavam que a intervenção seria de curto prazo. O sentido da repressão social tinha sua explicação na escolha do inimigo econômico a ser combatido:

“O primeiro período, sob o general Castelo Branco, associou as reformas institucionais à política econômica de estabilização de preços. Esta última era a prioridade explícita. A ideologia liberal-conservadora apontava a inflação e a intervenção estatal na economia como os principais inimigos a combater” (Tavares, 1985, p. 13).

Este primeiro governo, quando comparado aos seus sucessores, tende a ser visto como “democrático” ou não tão repressivo quanto, por exemplo, o governo Médici. Porém, as iniciativas demonstraram o contrário, pois já em seu governo perseguições políticas e medidas de arrocho salarial caminhavam juntas tranquilamente. Os problemas de sucessão ditatorial perturbaram o fim do governo Castelo Branco, mas, mesmo assim, isto não afetou os caminhos para a continuidade do planejamento econômico promovido pelo governo Costa e

Silva. Tavares nos oferece uma explicação coerente para esta visão mais “branda” do governo Castelo Branco:

“A condescendência posterior com que se procurou julgar a política econômica desse período não se deve apenas ao clima eufórico do “milagre” econômico – que ajudou a suturar feridas e a afogar as sequelas da recessão anterior numa vaga de crescimento sem precedentes, compensando-se com um surto de maior opulência dos ricos os sacrifícios suportados em seu maior peso pelos pobres. Em 1968, com a edição do AI-5, o regime militar armou em torno de si um escudo de autoproteção política e iniciou a marcha acelerada rumo ao autoritarismo declarado, que culminaria com o assalto ao poder pela Junta Militar e a era Médici” (Tavares, 1985, p. 25).

O governo Costa e Silva lançou o *Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967-1976*. Segundo Ianni, este plano representava a “expressão do caráter totalitário que a ditadura militar estava ganhando” (Ianni, 1981, p. 9). O Plano demonstrava a intenção da permanência no poder por longos anos pelos golpistas bem como em conferir o máximo de amplitude ao planejamento estatal. “Tratava-se de programar e pôr em prática “orçamentos de formação de capital”, no âmbito da administração do Governo Federal, dos Governos estaduais e municipais” (IANNI, 1985, p.9).

O autor analisa a relação entre uma série de “esferas” – indústria e agricultura; articulação entre a nação e as diferentes regiões e a indústria cultural – por onde a “ideia” de planejamento foi preenchendo espaços como algo aparentemente técnico, mas que tinha como objetivo normatizar, controlar e reprimir qualquer atitude nessas esferas que prejudicassem reprodução do grande capital monopolista bem como colocá-las como um espaço onde essa reprodução alcançasse sem maiores problemas o seu lucro.

As *Diretrizes de Governo*, lançadas em 1967, definiam os objetivos básicos da política econômica do governo Costa e Silva (1967-69). Dentre os princípios mais importantes que definiam essa política estavam especificadas as seguintes orientações: a) fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer discriminação em relação à empresa estrangeira; b) recursos para a expansão e operação do setor privado; c) desenvolvimento social e consolidação de uma infraestrutura que permitisse a expansão da atividade econômica e d) “extrema cautela” em transferir recursos do setor privado, considerado mais dinâmico, para o setor público, que somente após as reformas administrativas poderia intensificar sua dinamização. A edição de uma nova Constituição neste mesmo ano completaria o período de profundas reformas institucionais iniciadas em 1964.

A possibilidade de crescimento da empresa privada nacional e estrangeira bem como a criação de uma infraestrutura que fosse condizente com o proposto passava pela abertura promovida pelo Estado de novas possibilidades para a atuação do livre mercado. Assim,

ganha relevância a criação na época de fundações e organismos que buscavam regular e disciplinar as questões sociais segundo as orientações do novo modelo econômico. A Fundação Nacional do índio (1967) foi um exemplo da profundidade da reordenação socioeconômica pretendida pela ditadura. As comunidades indígenas estavam – e ainda estão – instaladas em áreas de “fronteira agrícola” e de mineração que compreendem principalmente o norte e o centro-oeste do país. Era preciso então estabelecer os parâmetros que orientariam a apropriação da terra por parte dos grandes latifundiários e das grandes empresas dos setores agrícolas e de minérios. Mais uma vez a atuação da ditadura no plano social tinha como meta facilitar o desenvolvimento do capital no Brasil.

O golpe trouxe uma nova concepção de desenvolvimento. As diretrizes principais dessa “nova economia política” eram: a) o “planejamento” como fundamento do sistema e o “desenvolvimento” deveriam ser feitos com “segurança”, logo era necessário reprimir tudo aquilo que gerava a desordem da nação; b) o estímulo de ingresso de capitais estrangeiros e o alinhamento com os Estado Unidos e c) um desenvolvimento voltado para o crescimento das “forças de mercado” e da “predominância da livre empresa” no sistema econômico.

O conjunto de mudanças aplicadas nos dois primeiros governos ditatoriais, Castelo Branco e Costa e Silva, sinalizaram o rumo que o país seguiria a partir do golpe. Desta forma podemos dizer que:

“As reformas financeiras de 64 e 65, com seu complemento no campo tributário em 67, constituíram o vetor central para solucionar a questão do financiamento da economia, tanto do setor público quanto do privado, e da preparação da retomada do crescimento. A reforma tributária e a centralização das decisões sobre o gasto público permitiram reordenar as finanças do governo em todos os níveis, do central ao estadual e municipal” (Tavares, 1985, p. 15).

Essa nova orientação foi forjada na base da violência contra a classe trabalhadora e o povo brasileiro, do campo e da cidade, que antes de 1964 vinham conquistando espaços na vida política bem como aumentando o seu grau de consciência em relação a sua situação de miséria e exploração. A repressão e os novos mecanismos de política econômica conduziram o Brasil ao um enorme endividamento externo e a uma dependência econômica que ainda hoje marcam o processo de desenvolvimento brasileiro. Mas no final da década de 1960 e início dos anos 70, a ditadura passou a colher os frutos de suas ações. Através da estrutura autoritária e voltada para as necessidades do capital, a economia brasileira foi se adequando as exigências do sistema financeiro internacional que estava em sua fase de expansão planetária. As condições para a entrada em sintonia com o capital mundial e o possível crescimento por ele oferecido tiveram como resultado um país cada vez mais dependente. Porém:

“Mesmo mantidos baixos, salários pagos a um número crescente de trabalhadores estimulam a demanda global; e, porque são baixos, favorecem a lucratividade das empresas e a acumulação de capital, com maior vigor ainda quando a base de aumento da produção é a capacidade ociosa previamente acumulada. Nessas condições, tinha início o “milagre” (Tavares, 1985, p. 27).

Essas foram as condições “milagrosas” que possibilitaram o excepcional crescimento do final dos anos 60 até metade dos anos 70. Essas foram as premissas para a construção ideológica do “Brasil potência”.

Capítulo 2

A crise do “milagre” e a alternativa neoliberal

2.1 O “bolo” cresceu, mas não foi dividido.

O final da década de 60 e início dos anos 70 foram marcados pelo “milagre econômico” brasileiro que teve como características anos de crescimento acelerado, aprofundamento da integração subordinada na economia internacional e concentração de renda. O termo não era novo, segundo Luiz Carlos Delorne Prado e Fábio Sá Earp:

“A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo de *boom* econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo.” (Delorne e Earp et al, 2009, p. 219).

A ditadura buscou legitimar-se nesse período perante seus críticos com uma taxa média de crescimento de 10% ao ano de 1968 até 1976, uma das maiores da história do Brasil e uma queda da taxa de inflação para 19%, também uma das mais baixas em uma década (Tavares, 1985, p. 33).

As condições para este fenômeno foram sendo construídas desde 1964, quando Castelo Branco iniciou o período de reformas conservadoras do Estado. Porém, o governo do general Emílio Garrastazu Médici foi o maior beneficiado pela conjuntura interna e externa e colheu os frutos do “milagre”. O fechamento do regime, com o decreto do Ato Institucional n.º 5 determinou o fim de qualquer perspectiva democrática em relação a ditadura. A nova fase de crescimento da economia brasileira se deu sob o período mais repressivo e violento do regime. O governo Médici distribuiu o comando do Estado “... entre duas grandes satrapias: a da segurança, enfeixada pelo ministro do Exército, general Orlando Geisel, e a da economia, sob total controle do ministro Delfim Neto” (Tavares, 1985, p.29). Esta divisão teve dois importantes significados tanto para a continuidade interna do regime quanto para o aprofundamento da dependência internacional.

O primeiro pode ser descrito no aumento exponencial da repressão a praticamente todos os setores de que de alguma forma se manifestavam contrários ao governo. Por isso,

Médici representou a consolidação do grupo que ficou conhecido como “linha dura”. Este grupo defendia o uso da força incondicional e o completo fechamento do sistema. É nesse período que o aparato repressivo atinge seu momento de maior sofisticação. Os vários DOI-CODI¹⁵, a Operação Oban¹⁶ e os centros de inteligência das Forças Armadas passam a atuar de modo mais organizado, principalmente sobre os grupos guerrilheiros que se multiplicaram no pós-64, mas também sobre as organizações de trabalhadores e estudantes que em suas manifestações – inseridas na onda da rebelião mundial de 68 – davam sinais de rearticulação e descontentamento com o sistema.

Estes foram os anos em que milhares de brasileiros passaram pelo seu calvário nos centros de tortura espalhados pelo país; em que políticos que afrontavam, ou mesmo contestavam por dentro a ordem estabelecida, eram cassados e alguns, misteriosamente, mortos em “acidentes” ou por “causas naturais”¹⁷. É também o início de uma articulação continental, a “Operação Condor”, que tinha como objetivo a perseguição, prisão e morte dos militantes de esquerda e políticos que se opunham aos governos autoritários e ditatoriais instalados na América Latina naqueles anos.

No campo da economia foi o momento da concentração de poderes na figura de Antônio Delfim Neto. Este foi um dos ministros mais lembrados na história do regime, e do país, por sua arrogância e desprezo com que tratava os problemas que afligiam a população brasileira. A condução da economia por ele e sua equipe ficou marcada pela famosa frase *“primeiro é necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”*. Em outras palavras, era preciso concentrar a riqueza nas mãos dos monopólios e das elites para depois pensar qualquer tipo de redistribuição. Porém, ao fim da “festa” poucos foram convidados a desfrutar de sua parte no banquete da riqueza nacional. Sob a proteção do AI-5, o ministro e sua equipe

¹⁵ Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime.

¹⁶ A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de informações e investigações montado pelo Exército do Brasil em 1969, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante a ditadura. Tinha muitos apoiadores no meio empresarial que financiavam suas ações, como o empresário Henning Albert Boilesen, do grupo Ultragás, que foi executado em São Paulo sob a acusação de ter sido um dos financiadores da OBAN.

¹⁷ Atualmente esta em discussão a morte do presidente deposto João Goulart. Ele morreu em 6 de dezembro de 1976, na cidade argentina de Mercedes, onde também viveu durante o exílio. A certidão de óbito diz que o ex-presidente foi vítima de um ataque cardíaco. A família, no entanto, suspeita das circunstâncias da morte de Jango, pelo fato de que o ex-presidente estava se organizando para voltar ao Brasil com o intuito de atuar contra o regime militar. Fonte: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=38> acessado em 01 de novembro de 2012.

econômica encontraram caminho livre para executar medidas que continuasse de modo muito diferente de seus antecessores, a trilha do “desenvolvimento seguro”.

O *Programa Estratégico de Desenvolvimento* traçou as metas para o período 1968-1970. Segundo Ianni, este programa teve como característica uma linguagem ligeiramente menos tecnocrática e um diagnóstico bastante rico de problemas reais. Entretanto, permanecia com a mesma orientação dos anteriores, com exceção de certos aspectos em que tornava ainda mais aberto o comprometimento do Estado com a empresa privada e mostrava, também, como o poder estatal passava a desempenhar uma função primordial na acumulação privada de capital.

O programa explicitava duas medidas: 1) o estabelecimento de mecanismos de incentivo e captação de poupança nacional, voluntária e compulsória e; 2) institucionalização e disciplinamento dos mecanismos de incentivo e revelação de oportunidades de investimento industrial (fundos, bancos de desenvolvimento, agentes financeiros), que permitiriam aumentar a eficiência do investimento industrial e uma maior velocidade de repasse ao setor dos fundos da poupança pública.

Se levarmos em conta que o governo tinha como objetivo, como demonstra Ianni, o desenvolvimento das forças do mercado, à predominância da livre empresa no sistema econômico e o estímulo de entrada de capitais estrangeiros podemos presumir que este programa deixava claro, inclusive sem disfarce de linguagem técnica, que o objetivo era a transferência da riqueza socialmente produzida para a apropriação privada dos grandes grupos econômicos. Não se percebe sinal de preocupação com o que podemos chamar de pequenas ou médias empresas ou setores intermediários da economia de mercado.

Foi neste contexto interno, que as condições para o “milagre” floresceram. Os mecanismos instituídos tiveram nova orientação, considerada mais “heterodoxa” em relação aos seus antecessores no cargo. As estruturas pensadas e instauradas nos governos anteriores foram alteradas para que se obtivessem respostas mais satisfatórias no campo econômico, já que crescia o descontentamento com um regime autoritário e que não apresentava nada de positivo no campo da economia. Eram urgentes medidas que justificassem a brutal repressão sobre o povo. Para atingir esses objetivos, segundo Tavares, o ministro tinha como meta conseguir acelerar a inserção firme do Brasil na economia capitalista mundial e firmar os monopólios industriais internos. Para que isso se tornasse viável: “(...) o super ministro promoveu conglomerados, estimulou fusões, favoreceu a concentração do capital e dos investimentos em regiões e setores eleitos discricionariamente para os “incentivos” (Tavares, 1985, p.30).

As instituições financeiras criadas pela Lei Bancária de 1964 conheceram mudanças importantes na sua forma de organização, mas ainda continuavam sendo essenciais para a execução de qualquer plano econômico, pois eram os espaços de centralização dos capitais no país. A meta das mudanças era facilitar a vida das empresas nacionais e estrangeiras que estivessem em busca de créditos para se financiar. O pragmatismo econômico instaurado por Delfim deixava o Conselho Monetário Nacional “... subordinado integralmente ao ministro da Fazenda tornou-se a dócil instância homologatória das decisões deste, pela mera conveniência de revesti-las de legitimidade num colegiado formal” (Tavares, 1985, p.30).

O Banco Central foi colocado sob o comando de um aliado de Delfim, Ernane Galvêas, que durante o período do “milagre” “(...) observou com tolerância a erupção e desenvolvimento dos conglomerados, ferindo na prática os princípios da Lei Bancária que a autoridade econômica plenipotenciária sequer cuidou de alterar” (Tavares, 1985, p. 35). Além da reformulação do sistema financeiro brasileiro a que já nos referimos outras modificações feitas nos primeiros anos do golpe, como o novo Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/66) que substituiu e criou impostos, contribuíram para que o planejamento econômico brasileiro do período do “milagre” conseguisse se articular com o momento de crescimento da economia internacional que despontava no início dos 70.

Eram sob esses contornos que o “capitalismo selvagem”, expressão feita pelo próprio ministro, entrava na fase de maior acumulação e concentração de renda que o Brasil até então havia visto. No fundo, o que estava sendo executado era uma estratégia de crescimento rápido apoiada no crédito fácil, que começava a afluir da grande banca internacional para o Brasil e que teve como consequências um aprofundamento das tendências intrínsecas do capitalismo à concentração de renda, regional e pessoal. O crescimento desproporcional das grandes metrópoles, como São Paulo, por exemplo, são reflexos dessa época.

A atmosfera do país era uma combinação de uma brutal repressão contra as organizações populares e dos trabalhadores e uma euforia oficial transmitida à nação sobre o desenvolvimento da economia. O período do “milagre” possibilitou a criação da atmosfera ideológica de um novo Brasil que em breve seria uma “potência mundial”. Entretanto, alguns indícios apontavam quais eram os elementos reais que sustentavam os segredos do novo momento econômico.

O volume de endividamento era crescente desde os primeiros anos do golpe segundo os dados apresentados por Tavares: “(...) os empréstimos e financiamentos passaram de 221 milhões de dólares em 1964 para 363 milhões em 65, 508 milhões em 66, 530 milhões em 67 e 583 milhões em 68, disparando a partir do ano seguinte” (Tavares, 1985, p.23). Os dados

fornecidos por Prado e Earp também demonstram como o endividamento foi aumentado ao longo desse período:

“Por um lado, o investimento externo triplicou no período (o que significou dobrar em termos reais); por outro, o país não teve dificuldades em obter crédito tanto para o setor público quanto para o privado. Isto implicou, naturalmente, o aumento da dívida externa, que pulou de US\$ 4,5 bilhões, em 1966, para US\$ 12,6 bilhões, em 1973” (Prado e Earp et al, 2009, p.227).

Esses eram os ingredientes que serviam de base para o crescimento do “bolo” da riqueza nacional. O endividamento da nação era o “fermento” necessário para o bom andamento da receita. No plano internacional a economia mundial encontrava-se em sua fase de transição. Eram os últimos momentos da “era de ouro”¹⁸ dos países capitalistas avançados e, conseqüentemente, dos países a eles associados no sistema econômico mundial.

Segundo os dados apresentados por Prado e Earp, os anos 60 foram de forte crescimento no mundo “[...] Entre 1961 e 1973 a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3; e a Itália a 4,9 (Argy, 1981, p.69)” (Prado e Earp in Ferreira e Delgado, 2009, p.217). Entretanto, as disparidades entre os países do “primeiro mundo” com os demais levaram a uma série de conflitos que viam no progresso dos centros do capital a ruína de suas nações cada vez mais miseráveis. A crise do sistema se apresentou com força em 1973 no primeiro “choque do petróleo”, resultado de uma série de disputas no âmbito do comércio mundial de petróleo, mas que teve na Guerra do Yom Kippur¹⁹ seu desfecho. A partir de então, uma doutrina, elaborada no final da Segunda Guerra Mundial, começa a ocupar espaços deixados pelo caos instalado nos grandes centros capitalistas do mundo. Tinha início a “era do neoliberalismo”.

¹⁸ Ver Hobsbawm, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita: revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

¹⁹ Conflito militar ocorrido de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973 entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egípto e Síria contra Israel. Coincidindo com o dia do feriado judaico Yom Kippur, Egípto e Síria cruzaram as linhas de cessar-fogo no Sinai e na Colinas do Golã, respectivamente, que tinham sido capturadas por Israel, já em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias.

2.2 A nova ordem mundial

A partir de 1973, o mundo se viu abalado pelo chamado “choque do petróleo”, quando os preços dos barris mais que quadruplicaram num curto espaço de tempo. Todas as economias mundiais se foram impactadas, visto que os preços da principal matéria-prima energética do mundo faziam as contas dos governos entrarem em colapso. O mundo capitalista entrou numa longa e profunda recessão e, desde o início da chamada “era de ouro” do pós-segunda guerra, não sabia o que significava conviver com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. O Brasil não ficou imune a estes eventos. A queda do ritmo de crescimento econômico foi se tornando a principal preocupação dos dirigentes do regime. Foi o início do esgotamento do ciclo “milagroso”. Porém, no primeiro momento, a crise chegou de outra forma:

“A economia mundial enfrentava, na época, a forte recessão decorrente do processo de ajustamento ao primeiro choque do petróleo. [...] Diante disso, os credores consideravam o Brasil como um dos poucos mercados com potencial de expansão *interna*, isto é, também eles se iludiram com as promessas de uma “ilha de prosperidade cercada de crises por todos os lados” e com o discurso oficial de que a dívida externa brasileira estava sob controle e era “bem administrada” (Tavares, 1985, p. 44 – 45).

As modificações da estrutura do Estado brasileiro foram necessárias para aumentar sua articulação com os mercados financeiros mundiais. A lógica de uma economia dependente dos grandes centros financeiros internacionais foi um dos pilares das orientações em todas as esferas, fossem elas políticas, econômicas ou sociais. Com isso, as mudanças ocorridas nos países do capitalismo central e suas viradas político-ideológicas e econômicas afetavam as decisões internas no Brasil. A fuga de capitais mundiais para cá tinha um importante significado: o de que estrutura financeira e o projeto do regime estavam corretos, pois a garantia de segurança para o capital estrangeiro foi um dos objetivos perseguidos pelos golpistas. Mesmo com os sérios problemas que o fim do “milagre” começava a trazer, era com muita satisfação que os dirigentes da época proclamavam a economia brasileira como um cais seguro para o grande capital.

O início dos anos 70 foi marcado por novos planos do governo que tinham como meta colocar o Brasil de vez no patamar de “potência” mundial. O plano de *Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970-1971* foi, segundo Ianni, o momento em que regime buscou definir o “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Estas metas são as primeiras linhas da política econômica do governo Médici (1969-1974). Nela ganha força também o discurso ditatorial da

integração nacional de tal modo que a ditadura implantou três programas nessa orientação: 1) Programa de Integração Social (PIS), pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; o Programa de Integração Nacional (PIN), de acordo com o Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; e o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra), com base no Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971. Avançava desse modo antidemocrático a integração nacional do “Brasil potência”.

A ideologia dos governantes mostrava o fascínio com o crescimento do poder do capital no país. Para o pleno funcionamento da máquina era necessário uma rotina de tortura e repressão bem como uma vida austera imposta pela política de arrocho salarial ao povo brasileiro. Assim se manifestava o “milagre econômico” do governo militar.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974 foi preparado em plena euforia da propaganda do “milagre”. Cativado pelo aceno dos EUA de que o Brasil poderia vir a ser o aliado preferencial na América do Sul a ditadura aumentou sua repressão e aprofundamento das restrições. Segundo Ianni, adotou-se “uma concepção mais complexa e integrada do desenvolvimento”, baseada na “estabilidade política”, na “segurança nacional, interna e externa”, além de “modernizar as instituições”.

Enquanto o clima de “Brasil, ame-o ou deixe-o” representava a euforia das elites e do grande capital com o crescimento a taxas vertiginosas do país, a classe trabalhadora conhecia ainda mais de perto todo o poder concedido ao capital monopolista e das “forças de mercado” atuando na economia. As estatísticas do período possibilitam uma aproximação da realidade de exploração em que viviam os trabalhadores e trabalhadoras que, uma década depois, cobriam sua parte na divisão da riqueza:

“Nas fábricas, a idade de mais de 70% dos trabalhadores oscilava entre os 18 e 24 anos. Terminada a estabilidade no emprego, tão louvada no Japão mas odiada pelo empresariado brasileiro e o multinacional aqui instalado, o rodízio de mão-de-obra expelia a população trabalhadora como se fosse óleo queimado. O mercado de trabalho informal se agigantou, a participação feminina aumentou. [...] Subiu o custo da alimentação, do aluguel e do transporte. Caíram os preços relativos dos eletrodomésticos e dos automóveis. Assim se distorciam os padrões de produção e consumo com referência à base de necessidades concretas da sociedade brasileira. Mas o mercado, em seu conjunto, expandiu-se” (Tavares, 1985, p. 40).

As orientações neoliberais não foram assumidas, pelo menos nas formas como foram propostas inicialmente, no Brasil dos anos 70. Segundo Francisco de Oliveira: “Durante a ditadura, os dirigentes da economia eram todos “liberais”, entre aspas porque o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso autoritário.” (Oliveira et al, 1995, p. 24) Seu auge em nosso país esta entre o final dos anos 80, com a eleição de Fernando Collor em 1989

e a década de 90, mais especificamente com os dois governos Fernando Henrique Cardoso (1994-1998 e 1998-2002).

No plano mundial, o neoliberalismo começou a conquistar posições importantes na década de 70. A América Latina serviu mais uma vez de laboratório para a nova doutrina em ascensão. O golpe contra o governo de Salvador Allende no Chile em 1973 e contra as reformas estruturais que, cada vez mais, desencadeavam um processo revolucionário sem paralelo que atingiam violentamente os interesses da burguesia, possibilitou a instauração de uma das mais violentas ditaduras do continente e que executou em sua plenitude o neoliberalismo. Mas foi com as eleições de Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra, de Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos e de Helmut Kohl na Alemanha Ocidental em 1982 que a hegemonia neoliberal conquistou os países de capitalismo avançado. A partir daí uma onda conservadora, que articulava todas as esferas da sociedade e do Estado, começou a percorrer o mundo e a devastar toda estrutura mundial organizada desde o pós-segunda guerra mundial.

A história da doutrina neoliberal não começou nos anos setenta. Ela é fruto do fim da segunda guerra mundial. O historiador inglês Perry Anderson situa as origens do neoliberalismo na seguinte conjuntura:

“Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson et al, 1995, p. 9).

O “manifesto” de lançamento da nova doutrina não encontrou bases reais para sua aceitação até a crise da década de setenta que atingiu o sistema mundial do capital. Durante os 25 pós-segunda guerra o Estado, ao contrário do que defendia Hayek, se fortaleceu em praticamente todos os países centrais do capitalismo e mesmo na periferia do sistema, como demonstrou o caso brasileiro. Na Europa, ou em parte dela, o Estado de bem-estar social, ou seja, o Estado não só como mantenedor da ordem social, mas como um sujeito ativo na condução da economia e da proteção social, foi à alternativa a crise instalada no pós-guerra que, em alguns países, adquiriu contornos dramáticos chegando próxima a rupturas revolucionárias.

A década de 1960 pode ser vista como um momento histórico em que todos os países inseridos no sistema enfrentaram suas crises. Apesar do grande crescimento econômico

apontado, um descontentamento global começava a ganhar contornos de rebelião mundial. Os primeiros sinais vieram das lutas de libertação nacional dos países coloniais que ganharam destaque naquele período. O caso da Argélia, que em 1962, após longos anos de luta conquistou a independência em relação à França demonstrava o grau de problemas em que os países do centro do sistema estavam envolvidos. Internamente estes viam, dia-a-dia, o crescimento de sindicatos e movimentos que pressionavam por maiores benefícios do Estado de bem-estar social e mesmo por rupturas com a ordem vigente. As organizações de juventude, que se colocavam na linha de frente da nova onda revolucionária, cresciam e ganhavam força a cada manifestação. Era o prenúncio de um mundo prestes a ter suas estruturas abaladas. Em 1968 a rebelião mundial saiu às ruas e promoveu o que ficou conhecido na história como “maio de 68”. Foi nesse ano que, em praticamente todos os continentes, os descontentes com o sistema sonharam com um novo modelo de civilização. É nessa conjuntura que a crise do início dos anos 70 se instala e o neoliberalismo começa a despontar como saída. A origem de todos estes males poderia ser facilmente encontrada, segundo os ideólogos da nova doutrina:

“As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (Anderson et al, 1995, p. 10).

E, desta forma, a solução seria a seguinte: “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.” (Anderson in Sader e Gentili (org.), 1995, p. 11). Com uma revolta mundial ainda viva e uma crise avassaladora no sistema estavam criadas as condições ideais para que o neoliberalismo se expandisse.

A nova doutrina tinha propostas objetivas que prometiam sanar os problemas gerados pela “interferência” do Estado em assuntos “específicos” do mercado. As principais delas são elencadas por Anderson:

“A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas” (Anderson et al, 1995, p. 11)

A implantação dessa receita não foi possível de imediato em países que, por mais de duas décadas, tiveram como características um Estado capitalista presente nos assuntos econômicos e sociais. Então, medidas de ajuste seriam necessárias e o que não estava claro eram suas dimensões e o grau de conflito que iriam gerar na sociedade. Por isso, entre a crise do primeiro “choque do petróleo” e a conquista dos países centrais do sistema pela doutrina neoliberal, houve um tempo de espera em que se observaram as condições e as contradições que o novo modo de acumulação poderia gerar. Novamente, como já foi referido, o Chile foi o laboratório na América Latina onde se pode observar as condições políticas “ideais” para a execução das propostas neoliberais e das consequências não só econômicas, mas também sociais para aqueles que se opunham ao regime: milhares de assassinados e torturados pela ditadura de Pinochet.

O discurso dos apologistas da ditadura dizia que em enquanto o mundo afundava em recessão e crises o “Brasil potência” ia de vento em popa. O *II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1975-1979* mantinha o tom triunfalista e, apesar disso, aprofundava de modo crescente o divórcio entre o Estado ditatorial e as tendências da sociedade nacional, principalmente das classes subalternas da cidade e do campo. Para Ianni, as contradições pré-existentes antes do golpe foram alimentadas pela política econômica do governo e renasceram com força no governo Geisel (1974-1979). O agravamento da crise capitalista mundial faz com que o governo, mesmo com índices de crescimento econômico elevado, adotasse medidas como o uso de

“estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infraestrutura, na comercialização urbana, nos sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) -, ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros [...]” (Ianni, 1981, p. 14).

As discussões sobre o *II PND* não foi o objetivo central neste trabalho²⁰, assim como os demais planos e metas citados serviram mais para demonstrar como a ditadura implantada em 64 interpretava e buscava dar respostas às problemáticas por ela interpretadas como centrais, fossem respostas concretas ou ideológicas. Entretanto, é importante dar destaque a este *II PND*, pois ele pode ser considerado a última grande tentativa do regime de estabelecer e concretizar um modelo de desenvolvimento do Brasil. Segundo Tavares, o governo Geisel

²⁰ Para uma análise mais específica ver o excelente livro de Carlos Lessa: *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. FUNCEP, 1988.

jogou todas as fichas num plano que nascia já sob o signo de um mundo em transição rumo a uma nova ordem e que poderia colocar em risco o poder vigente, por isso:

“O eixo central de orientação do plano de batalha eram as ambiciosas metas econômicas do II PND. Pretendia-se nada menos do que, de forma simultânea, concluir o ciclo de instalação da indústria pesada, acabar de internar a indústria de bens de capital e completar o parque industrial de insumos básicos e de bens intermediários; e expandir os serviços de infra-estrutura econômica a cargo das empresas e autarquias estatais, sobretudo nos setores de energia, transportes e telecomunicações” (Tavares, 1985, p. 43).

A tentativa de resistir à crise não obteve sucesso. Pelo contrário, foi no governo Geisel que os índices de crescimento fizeram soar o sinal de alerta de que o sonho da “grande potência” começava a se tornar pesado. Os números que Prado e Earp²¹ demonstram o início da crise: em 1973, um ano antes de Geisel assumir a presidência, o PIB brasileiro foi de 14% e a inflação de 23%, em 1978, um ano antes da saída de Geisel do cargo, o PIB foi de 5% e a inflação de 39%. Isso significava que o projeto de desenvolvimento do regime, baseado no já citado tripé do capital estatal, do capital nacional privado e do capital internacional não conseguia fazer frente à crise mundial que se aprofundava.

A segunda metade dos anos setenta foi marcada pelo início do esgotamento, tanto interno quanto externo, da ordem mundial vigente. Os elementos desta mudança de rumos começaram, no plano externo, com a derrota dos EUA no Vietnã – mesmo que oficialmente os Acordos de Paris, de 1973, fossem um cessar-fogo – e com o “primeiro choque” do petróleo no mesmo ano. A eleição de Jimmy Carter²² foi estrategicamente pensada para que a nova arquitetura mundial começasse a substituir a velha ordem.

A era das ditaduras como pressupostos para a acumulação privada de capital começava a ser questionada com mais força. As contradições que estes governos trouxeram a tona já não se encaixavam na nova proposta do neoliberal, apesar destas ditaduras terem cumprido tarefas importantes e modificado estruturas centrais dos Estados, como as reformas “saneadoras” de Castelo Branco no Brasil.

A construção de um arcabouço econômico-financeiro, através do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central – que se tornaram pilares da concentração do poder de decisão econômica; as reformas tributárias que, a cada nova versão desonerava os grandes

²¹ Estes dados foram retirados do “Quadro 1” da página 223 da obra já citada em que os autores apresentam uma série de dados estatísticos sobre a economia brasileira daquele período.

²² Para um estudo das formas de organização da burguesia mundial e seus projetos ver o livro “A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial.” Petrópolis: Vozes, 1982.

empresários e jogava o peso dos impostos sobre a classe trabalhadora utilizando-se do discurso de que desta forma mais dinheiro iria irrigar a economia e facilitar o crescimento; a brutal repressão dos setores progressistas da sociedade que, de várias formas, resistiram à ditadura; o incentivo a formação de monopólios que passaram a controlar grandes setores da economia brasileira, apesar disso tudo, a ditadura já não era suficientemente eficiente. Para Francisco Teixeira:

“Todo um ciclo de crescimento econômico encerrava-se nesse momento, com o modelo econômico esgotado. A crise do milagre econômico, largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais da aceitação da ditadura, tal como fora praticada durante o chamado Milagre Brasileiro” (Teixeira et al, 2009, p. 254)

Uma enorme transformação da ordem mundial somada à crise econômica da ditadura brasileira – que desde sua implantação foi contestada e só se manteve através da repressão e do curto período do “milagre” – levou ao esgotamento daquele ciclo de acumulação capitalista. Um elemento central havia adquirido um enorme poder e agora deveria ser modificado para que fosse viável a alternativa das elites para a saída da crise que engolia o sistema global capitalista: o Estado. Agora ele deveria ser novamente reconfigurado para que continuasse a facilitar a acumulação, só que desta vez sem a sua grande interferência na economia.

A execução do neoliberalismo no Brasil foi freada por uma conjuntura interna específica e, por isso, seu atraso relativo em relação ao restante dos países que adotaram a nova doutrina como guia para condução do Estado. Os fatores internos, e contraditórios, do regime civil-militar, ao mesmo tempo em que permitiram este atraso forneceram as bases para a sua posterior implantação. Para Sader, cada país adotou uma versão do neoliberalismo conforme as condições herdadas pelos modelos anteriores, e que nosso país teve como característica uma saída antecipada com o golpe de 64 da crise do modelo desenvolvimentista que chegava ao seu limite e assim:

“... a economia brasileira readequou-se, retomou um alto nível de crescimento e pôde responder de maneira muito mais ágil à passagem do capitalismo mundial a seu longo ciclo de caráter recessivo a partir dos anos 70. A ditadura militar não se caracterizou – como se sabe – por políticas econômicas liberais, ao contrário, incentivando fortemente, no entanto, a acumulação privada, nacional e estrangeira, apoiada num capitalismo de Estado a serviço desses setores do mercado” (Sader et al, 1995, p. 35).

As medidas e reformas do período da ditadura construíram as condições que levaram, em alguns anos, a uma grave crise na década de 80 em todos os âmbitos da vida nacional e a

um ascenso dos movimentos de massa que passaram a influir na conjuntura através de suas lutas. E a origem da crise e de sua solução neoliberal tem um *locus* segundo Sader:

“O neoliberalismo na América Latina – como na Europa – é filho da crise fiscal do Estado. Seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social – onde ele chegou a se configurar – e, principalmente, da industrialização substitutiva de importações, ao estilo CEPAL” (Sader et al, 1995, p. 35).

A saída da ditadura no Brasil foi fruto de grandes movimentos de massa que ganharam corpo no final da década de 70, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista nos anos 78-79 despontando como referência do período. Concomitante a esse movimento de massas, o regime militar entrava em sua franca decadência no governo do General Figueiredo, seja pelo descrédito popular, seja mesmo pela sua base de apoio burguesa, que via na crise econômica a chance de se desvencilhar de seus velhos acordos e se reorganizar mais uma vez para manter-se aliada aos mercados internacionais que estavam mudando de orientação naquele período para recuperar os lucros perdidos.

As disputas pelo modelo de redemocratização do país caminhavam juntas com as discussões sobre o novo modelo econômico a ser adotado. A presença do Estado na condução e execução do planejamento econômico passou a ser alvo de críticas violentas que, em sua grande maioria, advogavam os pressupostos neoliberais: um Estado “mínimo” em questões de regulação das finanças e controle na economia, e um Estado “máximo” na repressão aos movimentos e forças que se opunham à nova “ditadura do capital” que se mascarava de democracia.

As contradições criadas pelo regime ditatorial e as discussões que suscitaram podem ser observadas na passagem a seguir:

“Hoje, podemos ler, uma vez por semana, na *Folha de S. Paulo*, o mago do “milagre brasileiro”, ex-Santo Antonio Delfim de Versailles, frequentemente inventivando as posições oficiais, criticando a adoração do bezerro de ouro do mercado, marca típica do neoliberalismo. Mas a verdade é que foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato “democrático” de José Sarney.” (Oliveira et al, 1995, p. 25)

E segue:

“Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti-sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente.” (Oliveira et al, 1995, p. 25)

Foi neste terreno que o neoliberalismo foi semeado no Brasil. A conjuntura da abertura democrática colocou em cena poderosas forças sociais que barraram a imediata adoção do receituário que em fins dos anos 80 e por toda a década de 90 destruíram as estruturas estatais que poderiam contribuir num avanço da soberania brasileira frente às exigências do grande capital internacional. A questão central era: como a antiga base de sustentação do regime – os grandes monopólios e as elites a eles atreladas – conseguiriam resolver o enigma deixado pela ditadura de um Estado que, em certa medida, já havia feito modificações estruturais que permitiriam a implantação imediata do neoliberalismo, mas que, ao mesmo tempo, era quem sustentava e financiava a formação dos grandes monopólios e os lucros da burguesia. O conflito de classes durante a década de 80 foi um dos mais vigorosos da história brasileira. Quando lemos que a aquela foi a “década perdida” significa que foi vitoriosa para a classe trabalhadora. São desse período as conquistas que, pouco depois, foram demolidas pelos governos neoliberais que assumiram o poder no Brasil.

O longo período iniciado com a derrubada de Jango através do Golpe civil-militar de 1964 ganhou seu desfecho numa transição marcada por lutas e projetos que, mesmo reprimidos por longo tempo, despontaram quando a conjuntura se mostrou mais favorável. É a partir daí que devemos analisar a implantação do modelo neoliberal no Brasil como a alternativa conservadora no pós-ditadura. O regime se ocupou de criar as condições para a acumulação de capital, sem precedentes para época, reconfigurando o Estado e a sociedade e, com isso, gerando novas contradições para o sistema. Em nenhum momento as escolhas dos governos autoritários chegaram ao ponto do rompimento com os centros do capitalismo mundial e quando as divergências se tornaram mais claras – como no governo Geisel – era porque o poder dos generais no comando se via confrontado com a necessidade de substituir o centro de poder do Estado por outra parcela da burguesia mais afinada com o neoliberalismo em ascensão.

Em escala internacional, o imperialismo já tinha encontrado o substituto para os regimes em decadência que durante tanto tempo atenderam seus desejos. Mesmo que não totalmente compreendido quanto às formas que viria a adotar em escala global, o neoliberalismo já possuía suas características centrais:

“Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (Anderson et al, 1995, p. 22).

Longos anos nos separam desde o “manifesto” inicial de Hayek em 1944 e, hoje, podemos ver mais nitidamente o que representou o neoliberalismo em escala global. Entretanto, continuam atuais as palavras que seguem: “É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil” (Oliveira et al, 1995, p.28).

O Estado brasileiro foi modificado em sua estrutura com uma velocidade e uma violência sem precedentes durante os anos de governos ditatoriais. Essas estruturas permaneceram mesmo após a redemocratização. A caracterização da economia brasileira feita por Octavio Ianni no início da década de 80 é de uma clareza impressionante:

“A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo” (Ianni, 1981, p. 49-50).

Mais atual impossível.

Considerações finais

A busca pela interpretação do momento atual do Brasil dentro da crise global que, a partir de 2008, mostrou-se mais profunda e perigosa do que se anunciava até então, motivou a realização deste trabalho. Obviamente que, por suas dimensões, objetivos e condições do seu autor, este trabalho deixou em aberto vários pontos que poderiam elucidar melhor o fenômeno de como se organizou o Estado brasileiro durante a ditadura. Porém, pequenas observações podem contribuir para clarificar algumas questões que ficaram encobertas pela poeira da História ou pela aceitação de lugares comuns.

A primeira delas é em relação aos objetivos do golpe de 64. A aproximação com autores que transitaram por este tema pela História, ou por outros caminhos, como a economia e sociologia, permitiu confirmar a ideia inicial deste trabalho: a burguesia brasileira, entrelaçada com seus pares internacionais e apoiada nas Forças Armadas, foi a base de sustentação do golpe e das mais de duas décadas de regime, e também sua articuladora na sociedade civil. Apesar disso não ser novidade, existem poucos trabalhos, como o de René Armand Dreifuss²³, que explicitam o papel e os atores da burguesia envolvida no golpe.

As pesquisas históricas já não deixam margem para duvidar do caráter autoritário/fascista do regime instalado no poder após a derrubada de João Goulart. Os atos de barbárie, mesmo que ainda hoje permaneçam encobertos pela não abertura dos arquivos oficiais da época, são plenamente conhecidos através daqueles que passaram pelos horrores da tortura, prisão e exílio. Os locais onde funcionavam os dispositivos militares da repressão – como os DOI-CODI – são hoje conhecidos e muitos estão sendo transformados em espaços de memória histórica onde a população pode ver e aprender sobre os crimes cometidos pelos governos do período.

O Estado foi conquistado por uma parcela da elite brasileira e seus apoiadores para que voltasse a cumprir um papel central na acumulação privada do capital utilizando seus mecanismos existentes e criando outros. Por isso a fúria contra o governo Jango que – longe de representar uma ruptura com o sistema – vinha possibilitando, através de algumas medidas governamentais, mas, principalmente, pela pressão do crescente movimento de massas da época, o debate sobre os rumos do desenvolvimento no Brasil. Isso foi algo inaceitável para

²³ Referimos-nos aqui ao excelente livro *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes: 1981.

os conservadores que, sob o manto do anticomunismo, levaram a cabo o golpe. Era a disputa por projetos que estava em jogo.

Estes projetos vinham sendo pautados com maior ou menor força desde 1930, quando Getúlio Vargas desloca do poder setores da elite que tinham como objetivo manter o Brasil no seu “caminho natural” de ser um exportador de matérias-primas para o mundo. Vargas assume o poder em meio a uma conjuntura mundial marcada pela crise de 1929, que prenunciou a catástrofe da Segunda Guerra Mundial. Para honrar os acordos que havia feito para chegar ao poder ele necessitava reconfigurar o Estado para que o Brasil iniciasse o seu processo de substituição de importações, o que, necessariamente, levaria a um aumento da industrialização do país. Com isso se aprofundam as contradições do sistema capitalista e se complexificava a estrutura social. É o advento do novo ciclo de desenvolvimento, que em 1964 encontrou seu limite.

A segunda questão é o papel das crises do sistema nas escolhas das alternativas colocadas para o país. No Brasil – e em quase todo o mundo – crise é sinônimo de mudança de rumo. O projeto representado por Getúlio ganhou força com a crise de 1929, bem como o fim do seu governo em 1945 foi marcado pelas grandes contradições que precisavam encontrar respostas com o fim da Segunda Guerra. É na esteira da crise interna do modelo de desenvolvimento que o golpe de 64 é realizado.

A conjuntura internacional na década de sessenta estava marcada por dois eventos que tiveram grande impacto no Brasil e nas forças latino-americanas que disputavam, com maior ou menor força, projetos de rumos dos seus países. O primeiro deles foi a Revolução Cubana que, em 1959, se transformou na referência para uma grande parte da esquerda e das forças progressistas organizadas. A vitória dos guerrilheiros sobre a ditadura tendo como centro mobilizador a reforma agrária encontrou ressonância não só no Brasil, mas em toda a América Latina. As forças reacionárias viam nisso um péssimo sinal e preparavam-se para evitar a “cubanização” do continente.

O segundo evento tem relação praticamente direta com o primeiro. Os EUA logo lançaram sua contra-ofensiva para evitar a influência do socialismo no continente: era o início da Aliança para o Progresso. Isso representava, na verdade, uma aliança dos setores contrarrevolucionários e o apoio as iniciativas que impedissem o processo de democratização cada vez mais profunda exigida pelos povos latino-americanos. O resultado foi a implantação de um dos períodos de maior barbárie e autoritarismo na história brasileira e da América Latina.

As ironias da história são muitas. No Brasil, a grande ironia foi que o regime instalado em 1964 foi responsável, ao mesmo tempo, pelos maiores lucros por parte do grande capital,

através das modificações estruturais que promoveu em benefício dos monopólios e das “forças de mercado”, e pela sua própria crise que, após 1973, se aprofundou cada vez mais. O grande capital e seus agentes se beneficiaram da ditadura e da repressão que ela promoveu em nome do crescimento econômico. O Estado foi central nas mais de duas décadas de acumulação das elites. Porém, com a crise mundial da década de setenta, essa mesma elite, que sempre se orientou pelas regras do imperialismo, passa a questionar a “excessiva” presença do Estado na economia. “Quanta ingratidão!” devem ter pensado muitos generais de plantão que cometeram suas atrocidades em “nome da nação” e da “livre expressão do capital” no país. A crise que levou a ditadura a bancarrota inaugurou a “nova era” neoliberal que conquistava o mundo com o ímpeto dos primeiros navegadores do século XV.

A terceira questão é exatamente essa: qual a origem do neoliberalismo no Brasil? Não é possível imputar ao período da ditadura a implantação do novo padrão neoliberal de acumulação do capital. Na verdade foram os “democratas” pós-ditadura que se encarregaram de dar corpo a nova doutrina que praticamente desmantelou o Estado brasileiro e jogou grande parte da população num período de extrema miséria. Aos governos dos “Fernandos” devemos a entrega do patrimônio nacional para a banca mundial. Porém, muitos dos requisitos para o pleno funcionamento do neoliberalismo já haviam sido cumpridos pelos ditadores: reforma das estruturas econômico-financeiras, reforma tributária regressiva, ou seja, onde os ricos pagam menos e os pobres pagam mais impostos, arrocho salarial brutal acompanhado de uma violenta repressão a qualquer forma de organização dos trabalhadores, estudantes ou da sociedade em geral que questionassem as decisões tomadas.

A partir disso, o neoliberalismo, que já na virada dos anos 70 para os 80 conquistara quase todos os principais centros do capitalismo mundial, encontrou duas barreiras que foram próprias da contradição do regime: a) presença de um Estado centralizador e com grande interferência na economia e; b) um movimento de massas crescente que englobava uma série de questões que iam desde a carestia até anistia, passando por exigências de democratização e liberdade de expressão. É na solução desse conflito gerado por mais de duas décadas de ditadura que se abre a possibilidade da implantação do modelo neoliberal no Brasil.

As questões aqui apresentadas são aproximações iniciais que buscaram tratar da complexidade do período e do eixo central que guiou este trabalho: o Estado e suas modificações estruturais feitas pelos novos donos do poder a partir de 1964. Porém, através deste estudo, foi possível ver o quanto é importante para o historiador buscar uma aproximação da totalidade dos eventos que, pelas contradições históricas e ação dos sujeitos, vão se entrelaçando e reconstruindo o futuro. Mais importante ainda é o cuidado que se deve ter em

não mistificar a ação dos sujeitos históricos e mesmo do Estado. Isso significa não subestimar o poder da organização popular que sabiamente combateu, mesmo após grandes derrotas, o Estado ditatorial brasileiro que foi colocado a serviço do único sistema totalitário global que a humanidade conheceu até hoje: o sistema do capital.

BIBLIOGRAFIA

Assmann, Hugo (ed.) *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1982.

Chaui, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 7ª reimpressão: novembro de 2007. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Chesnais, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005 p.:II

Ferreira, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v.4)

Fiori, José Luís. *Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal*. Revista de Economia Política, vol.12, n.º 1(45), janeiro-março/1992. Acessado em 03 de novembro de 2012. <http://www.rep.org.br/pdf/45-6.pdf>

Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 650 p.

Hobsbawm, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita: revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Ianni, Octavio. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Jr., Armando Boito. *Estado e burguesia no capitalismo neoliberal*. Revista Sociologia Política, Curitiba, 28 p. 57-73, junho 2007. Acessado em 10 de outubro de 2012.

Lessa, Carlos. *A Estratégia de Desenvolvimento: Sonho e Fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.

Mello, João Manuel Cardoso de; Novais, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009. 112 p

Napolitano, Marcos. *O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica*. Historia y problemas Del siglo XX. Volumen ,Año 2, 2011, ISSN: 1688-7638. Acessado em 10 de outubro de 2012. <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>

Sader, Emir e Gentili, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Vários autores.

Simonsen, Mario Henrique. *A Nova economia brasileira por Mario Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

Tavares, Maria da Conceição e Assis, José Carlos de. *O Grande Salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Tavares, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.

Toledo, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004. Acessado em 10 de outubro de 2012. <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>